



# SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

## SIMULADO

# 08



PREPARE-SE COMO QUEM  
QUER FAZER PARTE.



# MPES

## AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES  
NO ESTILO  
DA BANCA



CONTEÚDO  
ATUALIZADO



DESEMPENHO  
DETALHADO



FOCO NA  
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. PASSE.

## Resumo do cargo

Material preparado para treino direcionado, com questões objetivas e gabarito comentado.

## Orientações gerais

- Leia cada questão com atenção antes de responder.
- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- Confira o gabarito apenas ao final.

## Estrutura do simulado

Disciplina	Questões
Língua Portuguesa	15
Raciocínio Lógico matemático	5
Legislação e Código de Ética do MPES	10
Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo	15
Noções de Administração e de Administração Pública	15



# Língua Portuguesa

## Questão 1

Com base no posicionamento defendido pelo autor, o principal risco associado à adoção irrestrita de modelos gerenciais privados na administração pública consiste na:

- A) Incompatibilidade fiscal entre os custos operacionais do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e as metas orçamentárias anuais.
- B) Redução da soberania popular, provocada pela autonomia concedida aos programadores dos fluxos algorítmicos governamentais.
- C) Substituição da natureza cívica do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil por parâmetros meramente comerciais e utilitaristas.
- D) Falta de harmonização entre as tabelas de temporalidade documental e as diretrizes de sigilo previstas na LGPD.
- E) Perda imediata do poder hierárquico das chefias superiores frente às demandas apresentadas pelas ouvidorias digitais.

## Questão 2

No texto, a estratégia argumentativa utilizada pelo autor para questionar o excesso de normativas de conformidade baseia-se na identificação de:

- A) Um vício formal de iniciativa legislativa que anula os efeitos sancionatórios previstos na Lei de Improbidade Administrativa.
- B) Um efeito colateral reverso, em que o excesso de mecanismos preventivos atua como fator de imobilidade e esvaziamento da eficiência pública.
- C) Uma discrepância contábil entre os gastos com auditorias externas e o real impacto financeiro das fraudes analógicas.
- D) Uma recusa coletiva dos servidores efetivos em aderir aos códigos de conduta estabelecidos pelas comissões de ética.
- E) Um conflito de competências jurídicas entre as diretrizes orçamentárias estaduais e as portarias da Procuradoria-Geral de Justiça.

## Questão 3

De acordo com o texto, o impacto negativo da conversão integral dos serviços públicos para o ambiente digital decorre da:

- A) Vulnerabilidade técnica dos servidores em nuvem diante de ataques cibernéticos orquestrados por agentes externos.
- B) Ausência de tabelas de temporalidade documental adequadas para regulamentar os prazos de tramitação no SEI.
- C) Redução drástica no número de vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos do grupo ocupacional administrativo.
- D) Incapacidade material de parcelas vulneráveis da população de acessar e operar os novos canais eletrônicos, resultando em exclusão.
- E) Subordinação hierárquica das comissões técnicas organizadoras aos critérios estipulados por algoritmos estrangeiros.

## Questão 4

A tese principal sustentada pelo autor no fragmento de texto reside na ideia de que:

- A) O Poder Judiciário deve exercer um controle externo absoluto e soberano sobre os atos do Poder Legislativo.
- B) A edição de leis penais e administrativas sob pressão da opinião pública tende a gerar defeitos formais que inviabilizam a própria punição.
- C) O bônus por resultados constitui a única ferramenta capaz de coibir os desvios éticos no âmbito dos serviços públicos.
- D) Os canais digitais de ouvidoria são incapazes de realizar a triagem técnica de denúncias sem indícios mínimos de prova.
- E) As tabelas de classificação documental devem ser imunes à intervenção de autoridades estranhas ao controle interno.

### Questão 5

Com base na lógica argumentativa desenvolvida no texto, a perda de precisão conceitual nos atos administrativos provoca como consequência direta:

- A) O aumento imediato nos prazos de preservação de documentos digitais nas plataformas de arquivamento.
- B) A redução do número de processos eivados de nulidades encaminhados à comissão permanente de correição.
- C) A ampliação do poder discricionário dos órgãos interpretativos na definição dos limites e do alcance dos direitos dos cidadãos.
- D) A convalidação automática de todos os atos administrativos praticados por agentes incompetentes de boa-fé.
- E) O esvaziamento das funções de controle social atribuídas aos portais de transparência eletrônica.

### Questão 6

A partir da análise do texto, a expressão 'biombo de legitimidade formal' sugere que o modelo atual de disponibilização bruta de dados:

- A) Cumpre as metas da Agenda 2030, promovendo os ODS de forma pedagógica e simétrica.
- B) Inviabiliza o protocolo eletrônico devido à incompatibilidade técnica das assinaturas digitais.
- C) Oferece uma aparência de conformidade e clareza legal, enquanto oculta a incompreensibilidade real dos atos práticos.
- D) Sana retroativamente os vícios materiais detectados pelos relatórios de controle interno das autarquias.
- E) Garante a isenção absoluta das comissões examinadoras na distribuição das cotas raciais.

### Questão 7

No fragmento de texto, a crítica desenvolvida pelo autor direciona-se prioritariamente contra:

- A) A falta de investimentos em segurança institucional e criptografia de dados nos servidores do Ministério Público.
- B) A prevalência dos procedimentos formais e quantitativos sobre a finalidade substancial e qualitativa do serviço público.
- C) A recusa das chefias imediatas em cumprir as ordens e determinações escritas exaradas pela corregedoria.
- D) A obsolescência dos hardwares que sustentam o funcionamento integrado do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- E) O descumprimento dos prazos peremptórios fixados nas tabelas de temporalidade e classificação de documentos.

### Questão 8

Com base na argumentação apresentada, o autor atribui às formalidades e ritos rígidos do processo administrativo a função essencial de:

- A) Reduzir os custos com a contratação de empresas terceirizadas responsáveis pelo arquivamento documental.
- B) Garantir a convalidação compulsória de todos os atos administrativos eivados de vício de competência material.
- C) Atuar como salvaguarda democrática contra o exercício arbitrário, pessoal e desregrado do poder estatal.
- D) Assegurar a autonomia irrestrita do Chefe do Executivo Federal na edição de medidas provisórias de interesse local.
- E) Substituir a fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas por modelos informatizados de autotutela pronominal.

### Questão 9

A conclusão que se depreende logicamente do texto acerca do impacto prático dos canais eletrônicos de ouvidoria é a de que:

- A) Eles reduziram os custos com a preservação de documentos físicos nas serventias regionais do interior.
- B) A facilidade de acesso acabou por comprometer a qualidade das denúncias, gerando um volume de dados inócuos que prejudica a eficiência fiscalizatória.
- C) Eles garantiram a eliminação absoluta de todos os conflitos de interesse entre servidores e chefias imediatas.
- D) A implantação do sistema forçou a Procuradoria-Geral de Justiça a anular os atos normativos que regulavam o teletrabalho.
- E) Eles transformaram o controle interno das autarquias em uma função compartilhada com algoritmos privados.

### Questão 10

No contexto em que está inserido, o vocábulo assinalado em destaque possui sentido equivalente a:

- A) Obscura.
- B) Clara.
- C) Intempestiva.
- D) Discricionária.
- E) Preemptória.

### Questão 11

Considerando as regras gramaticais e os nexos lógicos de coesão, o termo em destaque foi empregado em desacordo com a norma-padrão. Para restabelecer a correção e preservar o sentido de oposição, ele deve ser substituído por:

- A) visto que
- B) porquanto
- C) no entanto
- D) posto que
- E) por conseguinte

### Questão 12

Assinale a alternativa que atende de forma integral aos preceitos rígidos de concordância verbal da norma-padrão da língua:

- A) Devem-se processar, na plataforma eletrônica integrada, a totalidade das diárias acumuladas e o saldo das verbas de gabinete.
- B) Fazem aproximadamente dez meses que a comissão de disciplina não exara nenhum parecer.
- C) Cerca de trinta por cento da carga de processos digitais foi redistribuída entre os novos técnicos.
- D) Fui eu que encaminhou ontem as mídias para o setor de ouvidoria do órgão regional.
- E) Devem haver, nos arquivos permanentes da secretaria, cópias físicas de todas as atas lavradas.

### Questão 13

Assinale a opção que reescreve a frase estruturando as correlações em perfeita simetria e respeitando o paralelismo sintático determinado pela norma-padrão:

- A) A nova portaria normativa visa não apenas regulamentar o teletrabalho das equipes, mas também à otimização dos recursos do setor.
- B) A nova portaria normativa visa tanto a regulamentação do teletrabalho das equipes quanto otimizar os recursos do setor administrativo.
- C) A nova portaria normativa visa não apenas à regulamentação do teletrabalho das equipes, mas também à otimização dos recursos do setor administrativo.
- D) A nova portaria normativa visa não só à regulamentação do teletrabalho, como também visa otimizar as rotinas das equipes.
- E) A nova portaria normativa visa regulamentar o teletrabalho das equipes e simultaneamente focar na otimização de recursos.

### Questão 14

As lacunas do fragmento de texto devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) à — às — a — a
- B) a — a — a — a
- C) à — a — a — às
- D) a — às — a — a
- E) à — a — à — a

### Questão 15

Os vocábulos destacados no fragmento justificam sua grafia e acentuação gráfica, respectivamente, com base nas seguintes regras gramaticais:

- A) Sufixo formador de substantivo abstrato a partir de adjetivo (-ez) / Palavra paroxítona terminada em ditongo oral.
- B) Sufixo nominal indicativo de coletivo / Palavra oxítona terminada em consoante líquida.
- C) Sufixo formador de substantivo abstrato a partir de adjetivo (-ez) / Palavra paroxítona terminada na consoante -l.
- D) Grafia fonética de base etimológica latina / Vocábulo proparoxítono decorrente de acentuação de hiato.
- E) Grafia fixada por derivação regressiva verbal / Palavra paroxítona terminada na consoante -r.

## Raciocínio Lógico matemático

### Questão 16

Considerando o pior cenário possível (hipótese do azarado), a quantidade mínima de canetas que o servidor precisa retirar às escuras para ter a certeza absoluta de haver retirado pelo menos 3 canetas da mesma cor é:

- A) 7
- B) 8
- C) 9
- D) 10
- E) 11

### Questão 17

Sabendo que o valor de  $y$  é um número inteiro estritamente compreendido entre 15 e 25 ( $15 < y < 25$ ) e que a média aritmética simples desse conjunto de cinco dados coincide exatamente com o valor da sua mediana, o valor de  $y$  é:

- A) 15
- B) 17
- C) 19
- D) 20
- E) 22

### Questão 18

Considerando os parâmetros geométricos informados no projeto, a área total desse terreno retangular delimitado é de:

- A) 864 m<sup>2</sup>
- B) 891 m<sup>2</sup>
- C) 900 m<sup>2</sup>
- D) 924 m<sup>2</sup>
- E) 950 m<sup>2</sup>

### Questão 19

Sabendo que o coordenador da comissão de Patrimônio é o único técnico que diz a verdade, e que os demais fizeram afirmações falsas, as comissões de Alan, Bruno e Caio são, respectivamente:

- A) Licitações, Transportes e Patrimônio.
- B) Transportes, Licitações e Patrimônio.
- C) Patrimônio, Licitações e Transportes.
- D) Licitações, Patrimônio e Transportes.
- E) Patrimônio, Transportes e Licitações.

## Questão 20

Mantendo-se rigorosamente o mesmo critério operacional de formação lógica e reconhecimento de padrões da sequência, o valor numérico que corresponde ao sexto termo é:

- A) 118
- B) 138
- C) 148
- D) 158
- E) 168

## Legislação e Código de Ética do MPES

### Questão 21

Frente às diretrizes imperativas de integridade moral delineadas na Resolução CNMP nº 261/2023 (Código de Ética), o exercício de consultoria privada para entidade sob investigação direta do setor de lotação do agente caracteriza:

- A) Atividade complementar permitida, desde que os pareceres privados sejam firmados eletronicamente fora do expediente.
- B) Violação ética grave e manifesto conflito de interesses, que quebra a independência, a isenção técnica e compromete a integridade e a credibilidade das apurações do Ministério Público.
- C) Mera falta de cortesia procedimental inócua que dispensa anotação ou registro correcional.
- D) Prática legítima amparada nos direitos constitucionais de livre iniciativa de mercado.
- E) Mero desvio estilístico sanável retroativamente com a redistribuição dos autos digitais na plataforma SEI.

## Questão 22

Sob os parâmetros de classificação formal de dados estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), essas informações de raça, filiação a sindicato e prontuários médicos enquadram-se na categoria de:

- A) Dados públicos ostensivos de livre circulação comercial.
- B) Dados pessoais sensíveis, cujo tratamento exige salvaguardas adicionais de segurança e hipóteses legais restritivas.
- C) Metadados operacionais inócuos imunes a sanções da ANPD.
- D) Dados anônimos estruturados por agências de publicidade privada.
- E) Documentos secundários obsoletos destinados à eliminação sumária imediata.

### Questão 23

Considerando o Planejamento Estratégico 2024-2032 do MPES e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a iniciativa ministerial descrita converge diretamente com o atingimento do:

- A) ODS 15 — Vida Terrestre, voltado a proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.
- B) ODS 4 — Educação de Qualidade exclusivamente.
- C) ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura privada.
- D) ODS 7 — Energia Limpa e Acessível temporária.
- E) ODS 10 — Redução das Desigualdades Orçamentárias.

## Questão 24

Com amparo nas diretrizes de privacidade e retenção documental fixadas pela Portaria PGJ nº 897/2023 e pela LGPD, o requerimento de eliminação de dados de investigações administrativas legítimas arquivadas deve ser:

- A) Atendido imediatamente de forma compulsória, sob pena de destruição digital dos metadados do SEI.
- B) Rejeitado ou mitigado, uma vez que a conservação dos dados de procedimentos investigatórios institucionais é autorizada para o cumprimento de obrigações legais, preservação da memória histórica e defesa de direitos do órgão.
- C) Encaminhado para a homologação discricionária por escrito exarada pelo Governador.
- D) Atendido, sob a condição de pagamento prévio das taxas de incineração eletrônica.
- E) Processado por meio da transferência compulsória das planilhas para comitês políticos locais.

## Questão 25

De acordo com a terminologia e as competências orgânicas fixadas na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, os órgãos estruturados temporária ou permanentemente para prestar apoio técnico, operacional e coordenar a atuação integrada dos Promotores em matérias específicas (como patrimônio público, infância, meio ambiente) chamam-se:

- A) Varas Especializadas Criminais Extraordinárias.
- B) Centros de Apoio Operacional (CAOs).
- C) Secretarias Executivas de Controle Externo Misto.
- D) Comissões Permanentes de Temporalidade Documental.
- E) Conselhos Arbitrais de Conciliação Privada.

## Questão 26

Frente aos parâmetros de responsabilização e princípios regulados pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o compartilhamento de dados pessoais sensíveis por entidades públicas com terceiros privados exige:

- A) Apenas a autorização verbal informal emitida pela chefia imediata do setor.
- B) Previsão legal expressa, execução descentralizada de políticas públicas ou consentimento específico do titular, mantida a finalidade pública e informada a ANPD quando aplicável.
- C) A eliminação compulsória prévia de todos os logs de protocolo na plataforma SEI.
- D) O recolhimento pecuniário de taxas de publicidade comercial sem filtros de temporalidade.
- E) A subordinação regulamentar do banco de dados ao crivo da assessoria militar governamental.

## Questão 27

De acordo com os preceitos de liderança e compliance corporativo estabelecidos pela Portaria nº 8565/2017, a governança pública baseia-se em pilares essenciais que englobam:

- A) Omissão de relatórios fiscais para simplificação de processos.
- B) Capacidade de direcionar, avaliar e monitorar a gestão, com foco na transparência, equidade, integridade e prestação de contas responsável (accountability).
- C) Centralização total e absoluta de ordens e diárias na assessoria militar do órgão.
- D) Retorno compulsório ao suporte físico analógico para economizar recursos digitais.
- E) Delegação integral do planejamento estratégico plurianual ao Governador do Estado.

### Questão 28

Com base nas vedações de natureza institucional expressas impostas ao Ministério Público pela Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 e pela CRFB/88, comete ao órgão e a seus membros proibir-se terminantemente de:

- A) Exercer o magistério em cursos de graduação jurídica compatíveis.
- B) Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas ou privadas, bem como exercer a advocacia.
- C) Peticionar administrativamente à PGJ pleiteando diárias ou férias acumuladas.
- D) Integrar comissões examinadoras de concursos públicos promovidos pela OAB.
- E) Alimentar os metadados de protocolo eletrônico na plataforma digital SEI.

### Questão 29

Conforme o catálogo estrito de sanções disciplinares aplicáveis aos membros da carreira fixado na Lei Complementar Estadual nº 95/1997, constituem penas disciplinares lineares:

- A) Multa pecuniária sumária comercial e trabalhos forçados externos.
- B) Advertência, censura, suspensão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, e demissão.
- C) Suspensão temporária do bônus de eficiência gerencial algorítmica unicamente.
- D) Perda imediata das garantias de vitaliciedade sem processo judicial formal.
- E) Redistribuição compulsória de ofício dos autos digitais na plataforma SEI.

### Questão 30

Considerando as regras imperativas de conduta fixadas na Resolução CNMP nº 261/2023 (Código de Ética), o uso do cargo ou de prerrogativas institucionais para fins estritamente privados e de interesse particular caracteriza:

- A) Exercício legítimo decorrente das facilidades funcionais ordinárias de relacionamento interpessoal.
- B) Infração ética grave, violando os princípios da moralidade, integridade e impessoalidade, sendo vedado valer-se da função pública para auferir vantagens pessoais ou exercer pressões particulares.
- C) Mera irregularidade estilística inócua que dispensa anotação ou registro disciplinar administrativo.
- D) Prática permitida, desde que a mensagem eletrônica tenha sido enviada fora do expediente das secretarias.
- E) Mero erro procedimental sanável com a exclusão definitiva dos metadados da plataforma SEI.

## Noções de Direito Constitucional e de Direito Administrativo

### Questão 31

Um Promotor de Justiça do MPES foi absolvido na esfera criminal, por sentença transitada em julgado, com fundamento estrito na ausência de provas suficientes para a condenação. Concomitantemente, o CNMP instaurou Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar os mesmos fatos sob a ótica residual dos deveres funcionais. Diante da independência das instâncias e das regras constitucionais, a absolvição criminal:

- A) Vincula o CNMP de forma absoluta, obrigando o arquivamento imediato do processo administrativo disciplinar.
- B) Não vincula a esfera administrativa, sendo perfeitamente legítimo ao CNMP aplicar sanção disciplinar, pois a absolvição por insuficiência de provas na esfera penal não afasta a responsabilidade administrativa residual.
- C) Suspende o andamento do processo disciplinar por até cinco anos para eventual revisão de provas pela Procuradoria-Geral da República.
- D) Vincula o CNMP apenas se a sanção administrativa proposta for a de demissão ou perda do cargo.
- E) Gera para o membro do Ministério Público o direito líquido e certo à imediata promoção por antiguidade compulsória.

### Questão 32

Um tratado internacional sobre direitos humanos foi regularmente aprovado pelo Congresso Nacional em cada uma de suas Casas, em dois turnos de votação, mas obteve o voto favorável de apenas metade (maioria absoluta) dos membros de cada recinto, sendo promulgado posteriormente pelo Presidente da República. Diante do rito do Art. 5º, § 3º da CRFB/88, esse tratado ingressa no ordenamento jurídico brasileiro com o status hierárquico:

- A) Equivalente ao de emenda constitucional.
- B) Supralegal, localizando-se acima das leis ordinárias e complementares, mas abaixo da Constituição Federal.
- C) De lei ordinária federal de caráter geral.
- D) Infraconstitucional derivado infracomum.
- E) De decreto executivo autônomo e temporário.

### Questão 33

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo publicou edital de licitação para a compra de computadores corporativos. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/21, o edital estabeleceu uma margem de preferência para bens manufaturados nacionais. Sobre os limites e parâmetros desse instituto regulatório, assinale a afirmativa correta:

- A) A margem de preferência é absoluta e impede a participação de quaisquer empresas com capital estrangeiro no certame.
- B) A margem de preferência é um percentual adicional sobre o preço dos bens estrangeiros, limitado por lei a até 20%, destinado a fomentar a indústria e o desenvolvimento nacional, devendo ser justificada no processo.
- C) O benefício aplica-se exclusivamente a microempresas sediadas no município da sede do órgão.
- D) A margem de preferência pode ser definida discricionariamente por cada pregoeiro durante a fase de lances.
- E) A nova lei de licitações extinguiu todas as modalidades de preferências econômicas regionais.

### Questão 34

Determinada lei estadual criou um bônus pecuniário especial denominado 'auxílio-transporte-educação' destinado indistintamente a todos os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público locais, pago em valores fixos e mensais, sem necessidade de comprovação de despesas de deslocamento ou custeio escolar. Confrontando a vantagem com o modelo de subsídio (Art. 39, § 4º da CF), tal previsão legislativa é:

- A) Constitucional, visto que integra a autonomia financeira conferida aos Tribunais e às Procuradorias-Gerais.
- B) Inconstitucional, pois infringe o regime de subsídio fixado em parcela única, que veda o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio ou verba de representação, salvo parcelas de natureza estritamente indenizatória previstas em lei e vinculadas ao ressarcimento de gastos efetivos no serviço.
- C) Constitucional, desde que os valores não ultrapassem o limite prudencial de despesas fixado pela LRF.
- D) Inconstitucional, exclusivamente por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito previdenciário profissional.
- E) Constitucional, operando-se como legítima recomposição inflacionária setorial automatizada.

### Questão 35

O Governador do Estado editou um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, um imóvel particular necessário à expansão de uma linha de metrô. Passados seis anos da publicação do decreto, o Estado não ajuizou a ação de desapropriação nem celebrou acordo amigável. À luz do Decreto-Lei nº 3.365/41, operou-se o fenômeno da:

- A) Perda definitiva do domínio público eminente.
- B) Caducidade do decreto de utilidade pública, cujo prazo máximo de vigência é de 5 (cinco) anos contados da data de sua expedição sem a efetivação da desapropriação.
- C) Prescrição aquisitiva compulsória em favor do particular adverso.
- D) Desapropriação indireta consumada por omissão burocrática.
- E) Prorrogação tácita decenal em virtude da relevância social da obra.

### Questão 36

Um grupo de manifestantes organizou uma reunião em praça pública de Vitória/ES. No curso do protesto, uma facção radical dos manifestantes passou a portar bastões de madeira e a proferir ameaças de destruição ao patrimônio imobiliário circundante. Diante do quadro, a autoridade de segurança pública determinou a dispersão forçada da reunião. A intervenção estatal é:

- A) Ilegítima, pois o direito de reunião é garantia fundamental absoluta e imune a intervenções policiais em locais públicos.
- B) Legítima, uma vez que a Constituição Federal de 1988 exige expressamente que a reunião seja pacífica e sem armas para gozar de proteção constitucional, legitimando a atuação repressiva diante da perda do caráter pacífico do ato.
- C) Ilegítima, a menos que o Município tenha editado prévio decreto de Estado de Defesa local.
- D) Legítima, desde que autorizada por mandado judicial coletivo expedido nas 12 horas antecedentes.
- E) Ilegítima, operando-se a preclusão se o aviso prévio formal tivesse sido protocolado regularmente.

### Questão 37

Uma agência reguladora estadual autorizou um reajuste tarifário anual nos serviços de saneamento básico com base estritamente em fórmula paramétrica inflacionária prevista no contrato de concessão original. Entidades de defesa do consumidor ingressaram com ação alegando violação ao princípio da modicidade tarifária. Conforme os parâmetros do direito administrativo:

- A) O reajuste é ilegal, pois o princípio da modicidade impõe que as tarifas sejam mantidas congeladas sempre que houver crise econômica social.
- B) O reajuste é legal, visto que o princípio da modicidade tarifária deve ser sopesado harmoniosamente com a garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, permitindo reajustes ordinários baseados em indexadores contratuais previamente acordados.
- C) O reajuste depende de autorização por lei específica aprovada pela Assembleia Legislativa.
- D) A modicidade tarifária obriga a concessão de gratuidade total a todos os servidores públicos ativos.
- E) O reajuste contratual atrai a aplicação compulsória da teoria do fato do príncipe inverso.

### Questão 38

A Assembleia Legislativa estadual votou um projeto de lei que autorizava o Poder Executivo a contrair um empréstimo bancário vultoso (operação de crédito) com o objetivo exclusivo de financiar despesas correntes de custeio da máquina pública, como o pagamento da folha salarial atrasada de servidores. À luz do Art. 167, III, da CRFB/88, essa operação de crédito confronta o mecanismo denominado:

- A) Princípio da exclusividade orçamentária pura.
- B) Regra de Ouro, que veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- C) Limite prudencial de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) Princípio da não afetação das receitas de impostos locais.
- E) Teto de gastos fiscais imobiliários estaduais.

### Questão 39

Ao estudar a teoria geral dos atos administrativos, um assessor do MPES constatou que determinado atributo impede que a Administração Pública pratique atos inominados ou adote medidas coercitivas sem que haja prévia previsão e definição em lei das figuras jurídicas e sanções utilizáveis. Esse atributo, que não se estende aos atos privados, denomina-se:

- A) Presunção de legitimidade.
- B) Imperatividade.
- C) Tipicidade.
- D) Autoexecutoriedade.
- E) Exigibilidade indireta.

## Questão 40

O Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer prévio rejeitando as contas anuais prestadas por um Prefeito Municipal, em razão de irregularidades insanáveis que configuravam atos intencionais de improbidade. Posteriormente, a Câmara Municipal, por decisão política de votação de seus vereadores, aprovou as referidas contas por maioria simples. Nos termos da jurisprudência do STF sobre a fiscalização de contas de Prefeitos, o órgão competente para o julgamento definitivo das contas é:

- A) O Tribunal de Contas, possuindo o parecer prévio natureza de decisão impositiva absoluta.
- B) A Câmara Municipal, pois compete exclusivamente ao Poder Legislativo municipal julgar as contas do Chefe do Executivo, sendo que o parecer prévio do Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.
- C) O Tribunal de Justiça do Estado em sede de controle jurisdicional originário.
- D) O Ministério Público do Estado através de ato de homologação de contas fiscais.
- E) A Controladoria-Geral da União de forma subsidiária federativa.

## Questão 41

Um cidadão protocolou denúncia administrativa perante o Ministério Público para apurar o uso irregular de maquinário público por um gestor local. No curso da instrução, o cidadão denunciante peticionou desistindo formalmente do feito por razões de cunho pessoal. À luz da Lei nº 9.784/99, diante da desistência do interessado, a autoridade administrativa:

- A) Fica obrigada a extinguir e arquivar imediatamente o processo administrativo sem julgamento do mérito.
- B) Poderá prosseguir com o processo de ofício, se considerar que o interesse público assim o exige, não estando vinculada à vontade do particular desister.
- C) Deve remeter os autos para homologação compulsória perante o Poder Judiciário.
- D) Fica autorizada a aplicar multa processual ao particular por litigância de má-fé superveniente.
- E) Deve suspender os autos até o término do ano civil para nova manifestação do autor.

## Questão 42

Um Estado-membro editou lei ordinária proibindo terminantemente a veiculação de propagandas comerciais de bebidas alcoólicas em emissoras de rádio e televisão locais durante o horário diurno. À luz das competências privativas insculpidas na CRFB/88, a referida lei padece de inconstitucionalidade porque:

- A) Compete concorrentemente aos Municípios legislar sobre propaganda comercial regional.
- B) Compete privativamente à União legislar sobre propaganda comercial (Art. 22, XXIX, CF).
- C) A matéria é de competência originária e exclusiva do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária.
- D) Viola o direito fundamental à livre concorrência das indústrias farmacêuticas.
- E) Exige a edição de emenda constitucional federal para sofrer qualquer limitação temporal.

### Questão 43

Determinada autarquia estadual celebrou um contrato de gestão com o respectivo Poder Executivo para a otimização de suas metas de desempenho e reestruturação de custos. Em decorrência do cumprimento dos requisitos legais e da qualificação formal outorgada por decreto do Governador, a autarquia passou a ser designada como uma:

- A) Organização Social (OS).
- B) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
- C) Agência Executiva.
- D) Agência Reguladora independente.
- E) Fundação estatal subsidiária.

### Questão 44

A direção de um estabelecimento prisional estadual realizou a abertura e a leitura prévia de cartas enviadas por familiares a detentos recolhidos na instituição, sob a justificativa de prevenir a entrada de ordens criminais ou planejamento de fugas. O advogado de um detento alegou violação ao sigilo de correspondência (Art. 5º, XII, CF). Segundo a jurisprudência fixada pelo STF:

- A) A conduta da direção do presídio é ilícita, pois o sigilo de correspondência é garantia constitucional absoluta imune a triagens.
- B) A conduta da direção é lícita, visto que os direitos fundamentais não possuem caráter absoluto, sendo legítimo o controle da correspondência nos estabelecimentos prisionais por razões de segurança pública e prevenção de ilícitos.
- C) A leitura das cartas exige autorização prévia por mandado judicial individual escrito.
- D) A conduta é ilícita, a menos que o Estado comprove que as cartas continham substâncias entorpecentes em seu interior.
- E) A triagem só é permitida se o detento for estrangeiro ou reincidente específico.

### Questão 45

Um ex-servidor público demitido do MPES ingressou com pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar, alegando que surgiram fatos novos e provas documentais supervenientes capazes de demonstrar cabalmente a sua inocência. À luz das regras que regem o processo revisional, assinale a afirmativa correta:

- A) Do processo revisional poderá resultar agravamento da sanção anteriormente aplicada por força do poder de autotutela.
- B) Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção, vigora a vedação da 'reformatio in pejus' no processo revisional.
- C) O pedido de revisão prescreve no prazo improrrogável de 180 dias contados da demissão.
- D) A revisão exige o depósito prévio de custas processuais equivalentes ao valor da última remuneração.
- E) O pedido de revisão deve obrigatoriamente ser julgado pelo Poder Judiciário, esvaziando a competência administrativa.

## Noções de Administração e de Administração Pública

### Questão 46

A transição do modelo burocrático clássico para o modelo gerencial exige uma profunda mudança na cultura organizacional do setor público. Enquanto a cultura burocrática privilegia a conformidade estrita aos procedimentos e o formalismo regulamentar, a cultura gerencial foca no desenvolvimento de competências voltadas para:

- A) A preservação de privilégios estamentais tradicionais.
- B) A flexibilidade, o empreendedorismo governamental, a inovação e a orientação para o cidadão.
- C) O aumento dos níveis verticais de controle e subordinação hierárquica.
- D) A opacidade orçamentária e a redução do controle social ativo.
- E) A estabilização decenal compulsória de empregados terceirizados.

### Questão 47

No âmbito das reformas gerenciais do aparelho de Estado no Brasil, a qualificação de uma autarquia ou fundação pública preexistente como 'Agência Executiva' não altera a sua natureza jurídica original. O objetivo básico dessa qualificação, outorgada mediante decreto, é conceder à entidade:

- A) Imunidade total contra auditorias financeiras do Tribunal de Contas.
- B) Maior autonomia de gestão, bem como a ampliação de limites de dispensa de licitação, mediante a celebração de um contrato de gestão com metas de desempenho.
- C) A prerrogativa de exercer a representação judicial privativa do Estado.
- D) Isenção permanente na realização de concursos públicos de ingresso.
- E) A competência para julgar originariamente crimes de responsabilidade política.

### Questão 48

O comitê de transição digital do MPES elaborou uma ferramenta visual para acompanhar o cronograma de implantação do módulo de protocolo eletrônico do SEI. A ferramenta mapeia todas as atividades na linha vertical e o tempo estimado de duração (semanas/meses) na linha horizontal, indicando a interdependência e a sobreposição das etapas de trabalho. Esse instrumento de gerenciamento operacional denomina-se:

- A) Análise Swot macro.
- B) Matriz GUT de priorização.
- C) Gráfico (ou Cronograma) de Gantt.
- D) Diagrama de Ishikawa de causa e efeito.
- E) Curva de Pareto de dispersão cambial.

### Questão 49

O estatuto dos servidores e a legislação de improbidade administrativa impõem deveres de transparência patrimonial aos agentes públicos. No momento da posse e do desligamento do cargo, o servidor é obrigado a apresentar a declaração de seus bens e valores. Sob a ótica da ética e controle administrativo, a principal finalidade dessa exigência é permitir a:

- A) Partilha compulsória de heranças com o fundo social do Estado.
- B) Fiscalização e detecção de eventual evolução patrimonial incompatível com a renda legítima do servidor, prevenindo o enriquecimento ilícito.
- C) Cobrança de taxas extraordinárias sobre a alienação de imóveis privados.
- D) Divulgação dos extratos bancários pessoais em redes de publicidade comercial.
- E) Mitigação dos tetos salariais aplicados à carreira do funcionalismo público.

### Questão 50

Para identificar soluções inovadoras que eliminassem os gargalos na fila de atendimento da Ouvidoria, o gestor reuniu toda a equipe para uma dinâmica em grupo focada na livre geração de ideias. Na primeira fase, foi proibida qualquer crítica ou julgamento das propostas, incentivando-se a quantidade e a criatividade dos inputs. Essa ferramenta da qualidade denomina-se:

- A) Matriz GUT de urgência.
- B) Brainstorming (ou Tempestade de Ideias).
- C) Benchmarking setorial concorrencial.
- D) Just-in-time processual.
- E) Análise de variância regressiva.

### Questão 51

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a alteração do nível de acesso de um processo de 'Público' para 'Sigiloso' não pode ocorrer por mero arbítrio sem fundamentação. De acordo com as diretrizes de conformidade jurídica e segurança da informação, a configuração do nível sigiloso exige que a autoridade indique obrigatoriamente a:

- A) Fórmula orçamentária de custeio setorial.
- B) Hipótese legal de sigilo (como segredo de justiça, proteção à intimidade ou segurança da sociedade) fundamentada no ordenamento.
- C) Chave de criptografia militar assimétrica da TI.
- D) Data final de descarte do suporte físico do processo.
- E) Anuência prévia e por escrito firmada pela mesa da Assembleia.

### Questão 52

A central de arquivo intermediário do MPES organiza os procedimentos extrajudiciais adotando o método de arquivamento geográfico, tendo em vista que a instituição atua distribuída por comarcas municipais. Quando a ordenação é feita pelo método geográfico por localidade, a regra de indexação arquivística determina que a classificação deve priorizar:

- A) O nome do interessado principal em letras maiúsculas diretas.
- B) O nome do Estado-membro, seguido pela cidade/município e, por fim, pelo nome do interessado.
- C) O número de protocolo cronológico de entrada do processo eletrônico.
- D) O grau de sigilo e classificação de temporalidade documental.
- E) A ordem alfabética linear dos assuntos principais capitulados.

### Questão 53

A transparência ativa impõe aos órgãos e entidades do poder público a obrigação de disponibilizar em seus sítios eletrônicos oficiais dados de interesse geral. Nos termos da Lei nº 12.527/11 (LAI) e da Lei nº 14.133/21, assinale a opção que indica um elemento de transparência ativa obrigatória no âmbito das contratações públicas:

- A) Os editais de licitação, os anexos técnicos e os respectivos contratos celebrados na íntegra.
- B) As propostas comerciais derrotadas e protegidas por sigilo industrial perpétuo.
- C) Os dados residenciais privados dos donos das empresas contratadas.
- D) Os pareceres jurídicos preliminares de comissões de ética sob sigilo militar.
- E) Os relatórios de fluxo de caixa das subcontratadas estrangeiras.

### Questão 54

No exercício das atividades de atendimento telefônico na Ouvidoria do MPES, o servidor interage com cidadãos que buscam registrar reclamações. Para assegurar a clareza e evitar ruídos na captação dos dados, o atendente deve praticar a paráfrase. No âmbito das técnicas de comunicação interpessoal, a paráfrase consiste em:

- A) Interromper o usuário constantemente para impor os jargões jurídicos do órgão.
- B) Repetir a síntese da demanda utilizando as suas próprias palavras para confirmar com o usuário se o entendimento do fato está correto antes de registrá-lo.
- C) Responder com tom de ironia para acalmar o cidadão revoltado.
- D) Desligar a chamada de forma intencional quando a narrativa for longa.
- E) Protocolar a denúncia sem ouvir os detalhes apresentados pelo emissor.

### Questão 55

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00) inovou ao incentivar a participação popular e a transparência na elaboração e discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos. O instrumento procedimental obrigatório que assegura a eficácia desse mandamento, permitindo o debate direto com a população, denomina-se:

- A) Sindicância administrativa sigilosa.
- B) Realização de audiências públicas e incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão das leis orçamentárias.
- C) Instituição de moratória fiscal extraordinária por decreto executivo.
- D) Homologação compulsória das contas pelo Tribunal de Justiça.
- E) Centralização das rubricas orçamentárias em contas não auditáveis.

### Questão 56

A Diretoria de Recursos Humanos do MPES fixou a meta de capacitar 200 servidores em cursos de segurança da informação no primeiro semestre. Ao final do período, constatou-se que a meta foi plenamente atingida, com a certificação dos 200 servidores planejados. Esse indicador, focado estritamente na medição do grau de atingimento dos objetivos nominais traçados, avalia a:

- A) Eficiência de custos de instrutoria.
- B) Eficácia.
- C) Efetividade social secundária.
- D) Economicidade de insumos computacionais.
- E) Exemplaridade corporativa interna.

### Questão 57

No âmbito da organização da Administração Indireta, as sociedades de economia mista submetem-se a regras específicas de estruturação empresarial e societária. De acordo com o Art. 37, inciso XIX da CF, as sociedades de economia mista:

- A) São criadas diretamente por lei específica, dispensado o registro público.
- B) Têm sua criação autorizada por lei específica, dependendo o surgimento da personalidade jurídica do posterior registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, sob a forma obrigatória de Sociedade Anônima (S/A).
- C) Possuem capital social composto exclusivamente por verbas da União.
- D) Ficam isentas da submissão a concursos públicos para contratação de pessoal.
- E) Gozam de prazos processuais em quádruplo em juízo de forma automática.

### Questão 58

A implantação do modelo de gestão por competências no setor público busca alinhar o desempenho dos servidores aos objetivos estratégicos do órgão. Na ciência da administração, o conceito clássico de competência assenta-se no tripé 'CHÁ', cujas siglas significam, respectivamente:

- A) Custo, Horário e Atribuição.
- B) Conhecimento (saber), Habilidade (saber fazer) e Atitude (querer fazer).
- C) Centralização, Hierarquia e Autocracia.
- D) Celeridade, Honestidade e Assiduidade.
- E) Controle, Homologação e Auditoria.

### Questão 59

Para a concessão de uma licença simples de trâmite interno, um setor administrativo passou a exigir o preenchimento de seis formulários idênticos em papel, com assinaturas colhidas em três departamentos diferentes, gerando morosidade extrema e acúmulo de arquivos obsoletos. Essa disfunção do modelo burocrático denomina-se:

- A) Deslocamento de objetivos organizacionais.
- B) Excesso de formalismo e papelório (red tape).
- C) Resistência democrática à inovação digital.
- D) Superficialidade de competência técnica.
- E) Categorização mecânica de decisões civis.

### Questão 60

Ao receber uma petição em suporte papel em uma promotoria que já opera integralmente no modelo digital do SEI, o servidor encarregado do protocolo deve realizar a conversão do suporte para o ambiente virtual. De acordo com as boas práticas de gestão de rotinas de protocolo eletrônico e desmaterialização, o atendente deve:

- A) Recusar o documento de plano e guardá-lo em caixas sem registro no sistema.
- B) Proceder à digitalização integral das peças físicas, inserir o arquivo eletrônico resultante no SEI preenchendo os metadados corretos, assinar digitalmente atestando a conformidade com o original e dar andamento virtual ao feito, guardando ou devolvendo o físico conforme as normas internas.
- C) Digitar todo o conteúdo da petição manualmente em formato de texto simples.
- D) Manter a petição guardada em sua gaveta pessoal até que o advogado compre a licença do SEI.
- E) Enviar as folhas físicas por correspondência postal registrada diretamente à TI central.

# Redação - Dissertativo-Argumentativo - Estilo FGV

## Tema

A precarização do controle interno e a eficácia da governança pública: o papel das Ouvidorias e dos Portais da Transparência no combate à corrupção sistêmica

## Textos motivadores

Texto 1 - Excerto Técnico / Doutrinário: A governança pública contemporânea assenta-se em pilares indissociáveis: transparência, accountability, integridade e conformidade. No desenho institucional brasileiro, os órgãos de controle interno desempenham função primordial no monitoramento preventivo de riscos fiscais e operacionais. A criação de canais de comunicação ativa, como as Ouvidorias institucionais e as plataformas eletrônicas de dados abertos (Portais da Transparência), visa empoderar o cidadão para o exercício do controle social. Sob a ótica do princípio da moralidade, a disponibilização de informações processáveis e de fluxos desburocratizados para o recebimento de denúncias atua como uma barreira robusta contra desvios de poder e a malversação de recursos públicos.

Texto 2 - Análise Jurisprudencial / Normativa: Embora a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público tenham fortalecido as garantias de transparência, analistas de políticas públicas apontam o risco de esvaziamento desses mecanismos devido ao sucateamento de sua infraestrutura. O STF, ao analisar a matéria de fiscalização e controle social, reforça que o direito de denúncia e o livre acesso aos gastos com pessoal e contratos são prerrogativas republicanas inafastáveis. Todavia, quando as Ouvidorias carecem de autonomia administrativa ou os sistemas de TI (como o SEI) sofrem com descontinuidade ou falta de investimentos, o controle preventivo desmorona, forçando o deslocamento do polo de responsabilização para o controle externo repressivo (Tribunais de Contas e Ministério Público).

Texto 3 - Dados Estatísticos / Controle Social: Relatórios emitidos por comissões de integridade revelam que 48% das denúncias de corrupção ou improbidade protocoladas em Ouvidorias locais são arquivadas por ausência de instrução técnica mínima ou lentidão operacional de triagem. Além disso, auditorias em Portais da Transparência demonstram que, embora os dados financeiros genéricos estejam disponíveis (transparência ativa), a ausência de metadados claros e a linguagem excessivamente técnica (opacidade procedimental) impedem 70% dos cidadãos comuns de compreender como o orçamento é efetivamente executado. O impasse central reside em discernir se o Estado brasileiro verdadeiramente consolidou uma cultura de transparência gerencial e accountability ou se os canais de controle interno foram reduzidos a meras formalidades rituais desprovidas de eficácia prática.

## Instruções para a redação

- Com base na leitura dos textos motivadores e nos seus conhecimentos estruturados, redija um texto dissertativo-argumentativo em prosa, na norma-padrão da Língua Portuguesa.
- Seu texto deve apresentar uma tese clara, argumentos consistentes e uma conclusão lógica sobre o tema proposto.
- Defenda o seu ponto de vista de forma fundamentada, demonstrando domínio das regras gramaticais e de coesão textual.
- O texto final deve ter entre 20 e 30 linhas (conforme o padrão da banca).

Escreva seu texto em, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

# Folha de redação

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



# Folha de respostas

Q	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
41	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
42	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
43	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
44	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
45	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q	A	B	C	D	E
46	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
47	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
48	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
49	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
50	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
52	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
57	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
58	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
59	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
60	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

